

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8	89
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1	
<i>Julia Mello dos Santos</i>	
<i>Karen Costa Krüger</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917018	
CAPÍTULO 9	94
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO	
<i>Solange dos Santos Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917019	
CAPÍTULO 10	105
TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	
<i>Diego Tabosa da Silva</i>	
<i>Noêmia de Fátima Silva Lopes</i>	
<i>Rafaelle Vanny</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170110	
CAPÍTULO 11	117
APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA	
<i>Elaine Silva Alegre</i>	
<i>Liliane Capilé Charbel Novais</i>	
<i>Marilza de Fátima Souza</i>	
<i>Rozimeire Stiko Shimizu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170111	
CAPÍTULO 12	129
BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL	
<i>Ana Paula Garcia Boscatti</i>	
<i>Joana Maria Pedro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170112	
CAPÍTULO 13	143
AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Letícia Pereira Dourado</i>	
<i>Lilian Fernanda Silva</i>	
<i>Dameres Gonçalves Martins</i>	
<i>Daniele Lopes Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170113	
CAPÍTULO 14	154
POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Mayéwe Elyênia Alves dos Santos</i>	
<i>Palloma Maria Gomes Jácome</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170114	

CAPÍTULO 15..... 165

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Ângela Kaline da Silva Santos

Lucicleide Cândido dos Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.52019170115

CAPÍTULO 16..... 173

PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Bismarck Oliveira da Silva

Maria Tereza de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.52019170116

CAPÍTULO 17 185

ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

DOI 10.22533/at.ed.52019170117

CAPÍTULO 18..... 200

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Mirna Carriel Cleto

Marcos Claudio Signorelli

DOI 10.22533/at.ed.52019170118

CAPÍTULO 19..... 214

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nayanna Sabiá de Moura

DOI 10.22533/at.ed.52019170119

CAPÍTULO 20..... 229

REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Nilton Marques de Oliveira

Udo Strassburg

DOI 10.22533/at.ed.52019170120

CAPÍTULO 21..... 243

CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Mayra Hellen Vieira de Andrade

Ingrid Stephany Freire da Silva

Angely Dias da Cunha

Nirleide Dantas Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170121

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Universidade Federal do Paraná
Curitiba –Paraná

Marlene Tamanini

Universidade Federal do Paraná
Curitiba –Paraná

RESUMO: Visa-se apresentar aspectos da agência de mulheres que trabalham como vendedoras de drogas e que se autointitulam: *As Minas do Corre*. O estudo foi realizado com mulheres moradoras de uma Vila periférica situada a sudoeste de Curitiba. Nele apresentam-se os códigos de moralidade e as múltiplas atividades que circunscrevem os trabalhos no mundo das “drogas”. Assim também apresentam-se os fios necessários à pesquisa em um campo tenso, complexo e de intersubjetividades diversas, relativas ao contexto, e a presença de mulheres mães no mundo das drogas, quanto também o são, no que tange à escolha do tema, o local de pesquisa, o aproximar-se do campo e o desenvolver da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; trabalho; percurso subjetivo; drogas.

ABSTRACT: Paper deals with the agency aspects of the women who work as drug sellers

and self-name themselves *Girls running drugs*. The study has been conducted with women living in a peripheral southwestern village of Curitiba. Codes of morality and multiple activities dealing with the works in the world of “drugs” are the studied subjects. In the article are also presented the threads of research needed in a tense and complex field full of diverse intersubjectivities related to the context, as well as the presence of women mothers in the world of drugs, whose predicaments are considered to be as hard to face as are those in the research site, the involved field and the research development.

KEYWORDS: Women; work; subjective path; drugs.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo, escrito a duas mãos, agrega-se à análise compartilhada na construção da dissertação e refere-se às reflexões advindas dos estudos de gênero e das linhas de pesquisa em trabalho e em cultura e sociabilidade do Programa de Sociologia da UFPR.

O trabalho de mulheres no comércio de drogas foi proposto à dissertação intitulada: *As Minas do Corre: Mulheres que trabalham no comércio de drogas*, defendida em julho de 2018.

O que se apresenta pauta-se no modo como uma das autoras chega a se constituir como pesquisadora, no contexto do trabalho de mulheres no mundo das drogas e na expressão de aspectos de como as mulheres se constituem em *minas do corre*, no trabalho de mulheres com droga.

Minas do corre é um conceito nativo referente às mulheres que, em suas experiências de vida como moradoras de uma Vila periférica na capital paranaense, se inserem de modo singular no mercado de trabalho do “mundo das drogas”, exercendo em um contexto local atividades laborais diversas, ora na *baia*, ora na rua.

Este texto é parte, portanto, de narrativas que foram analisadas a partir de experiências de uma vivência relatada pelas *minas do corre* e observado/a a partir de como elas realizam suas leituras explicativas da categoria “ser traficante”, de como delimitam seus discursos, seu lugar social, familiar, de cuidados, de trabalho e de renda, em função de certas prerrogativas geracionais, familiares, morais e de aprendizado de trocas das *buchas* (assim se designam as embalagens plásticas que contêm o produto comercializado por elas: cocaína, *crack* e maconha) com maior frequência e das redes de cuidado.

Colocar a voz destas mulheres em primeiro plano implica compreender como elas tecem seus agenciamentos bem como quais são suas estratégias de sobrevivência, ao realizarem atividades ligadas ao trabalho no mercado da droga, na Vila Nossa Senhora da Luz, em Curitiba-PR.

A pesquisa realizada na Vila Nossa Senhora da Luz, localizada a sudoeste da cidade, que está nos limites entre Curitiba e o Município de Araucária (cidade da região metropolitana da capital paranaense), nos fornece possibilidades de construir problematizações, com a utilização de teorias sociológicas que partem da contextualização do local para pensar as generalizações teóricas produzidas, sobretudo, a respeito do trabalho de mulheres cujo produto comercializado são as “drogas”. Além destes aspectos, no decorrer da dissertação, interpôs-se a necessidade de se entender como se estabelecem a inclusão e a exclusão econômica, social e cultural, nas práticas sociais de mulheres que vivem nas lógicas do *corre* com o comércio de drogas e como estas lógicas diferem da capitalista que tem um caráter puramente mercadológico.

Nesta perspectiva, o uso do termo ‘comércio’ ao longo da dissertação se contrapôs ao termo ‘tráfico’ e seguiu uma tentativa de ilustrar a complexidade e a interseccionalidade das relações sociais na realidade estudada.

É importante enfatizar que o termo ‘comércio’ adquire neste contexto significações multifacetadas nas agências de mulheres que gestionam suas vidas a partir de um trabalho com a venda, a circulação e a troca de um produto, cuja comercialização se encontra circunscrita em um aparato ilegal do ponto de vista jurídico.

Com efeito, é sabido que as discussões e produções teóricas acerca do tema, de um modo geral, se reportam à expressão “tráfico de drogas” como algo inteligível, mas que se encontra dentro de uma “caixinha engessada”, denominada estrategicamente

de “problema social”. Tal fato é passível de falta de questionamentos e de poucas problematizações fecundas, no que se reporte ao modo como se pensa e se produzem análises de cunho acadêmico e investigativo-científico a respeito do chamado “mundo das drogas”, resultando em grandes lacunas a serem exploradas pelas Ciências Sociais, no que tange às agências dos sujeitos.

A visão generalista a respeito desta relação foi algo que evitamos fazer, dado que este lugar de percepção poderia definir estas mulheres aprioristicamente como narcotraficantes e, uma vez tomadas a partir desta categoria, estaríamos invisibilizando o conteúdo de um dia a dia complexo relativo às trocas, ao cuidado, à renda e ao trabalho, sobretudo, no que diz respeito aos conhecimentos sutis necessários à venda da droga, à sua quantidade, forma, marcas, parâmetros estéticos de qualidade e aos códigos que permitem reconhecer à qual praça pertencem.

Estes códigos se refazem no aprendizado que estas mulheres constroem, mas em boa medida também são transmitidos de geração em geração entre as mulheres. Este aspecto envolve mães, sogras, primas, irmãs, avós, tias e também “as (os) chegadas (os)”, que não necessariamente possuem laços consanguíneos, mas que são consideradas pessoas da família por conviverem no mesmo terreno e às vezes até na mesma *baia*, partilhando e reproduzindo estes códigos que, por sua vez, geram um “modus operandi” de se realizar as práticas que se estabelecem no *corre*.

Isto posto, é importante salientar que a concepção do termo “droga” nesta pesquisa se referiu às substâncias que mudam o estado físico e psíquico de uma pessoa. Contudo, cabe dizer que há uma concepção pejorativa dada pelo “senso comum” ao termo droga, que é atribuído de forma associativa a determinados produtos e não a outros. Estes quase sempre fazem referências circunscritas a determinados sujeitos, classes sociais e grupos étnico-raciais. Deixa-se de fora uma série de substâncias e, de um modo geral, faz-se menção à “maconha, cocaína e ao crack”; este último, indiscutivelmente generalizado como a “droga dos pobres”.

É diante deste contexto que a Vila Nossa Senhora da Luz toma corpo e que o lugar do “meu eu-beiju” anunciado no título se faz; como quase parte de um mesmo lugar nativo necessário à aproximação, à percepção e à interpretação das relações complexas exigidas pela força da situação de campo da pesquisa.

Considerando o fato de que “meu eu-beiju” se constitui da mesma matéria do objeto desta pesquisa, reconhece-se que ambos estão carregados de subjetividades e que só por meio deste reconhecimento fizeram-se as condições para estudar algo familiar como um caminho legítimo e necessário. É ao mesmo tempo uma escolha de risco para o “meu eu-beiju”, que está tão pessoalmente envolvido com o local e sua história quanto foi o desvendar deste lugar da vivência das *minas do corre*.

2 | DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA

Em vários dos pontos deste texto acionamos a narrativa em primeira pessoa, ainda que estejamos escrevendo a duas mãos; e o fazemos com a responsabilidade de salvaguardar a força das palavras em primeira pessoa como o lugar epistêmico e das escolhas metodológicas deste trabalho da primeira autora. Outrossim, esta decisão a respeito da forma da escrita serve para demarcar as condições que foram necessárias a este processo de pesquisa e o são agora para a sua comunicação.

O primeiro aspecto fundamental referente ao “meu eu-beiju” deveu-se ao fato de que a primeira autora é (foi) moradora deste lugar, da Vila Nossa Senhora da Luz. Ela assim se expressa: “A Vila Nossa Senhora da Luz foi o lugar onde o meu eu subjetivo inicia sua constituição”. Isto se faz “ao experimentar os primeiros processos de socialização ainda na infância e, posteriormente, como trabalhadora na área da educação”. Segue-se que hoje esta experiência “acontece ministrando aulas de história, para o ensino fundamental de 6º ao 9º período, na escola existente no bairro”.

Este lugar espacial e de sociabilidade marca, portanto, sua escolha metodológica, que é vinculada à sua trajetória de vida e está em conexão com as exigências etnográficas e com a profundidade e a sutil delicadeza do olhar necessário à observação participante, que é sempre o cumprimento de um fazer denso.

O convívio por longos anos, por parte da primeira autora, como moradora (que de alguma forma sofreu influência e participou da rede de sociabilidades gestadas pelo comércio de drogas no local), foi um elemento essencial à aproximação e à viabilização da pesquisa, a partir do que lhe vem à memória. Assim o diz: “fui a campo imbuída até mesmo pelo cheiro da fritura do *beiju* – bolinho de trigo, água e sal adaptado, devido às necessidades na falta de ingredientes e às escassas condições financeiras ao molde nordestino.” E, com referência à sua história de relações longas, segue: “Bolinho que era “tipicamente preparado por minha avó materna na estreita cozinha da casa da frente e que invadia “*a meia-água*” construída nos fundos do terreno onde residi meus primeiros anos de vida na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais – CIC”. Com estas memórias foram sendo costuradas as primeiras indagações a respeito do tema. Portanto, a própria definição do tema deve-se muito a esta história pessoal, e esta perspectiva metodológica só pôde chegar a bom termo por causa desta história da primeira autora, que foi conectada a uma perspectiva metodológica acadêmica dos estudos de gênero, na qual a subjetividade conta muito.

Estar em um campo do qual a primeira autora era ela própria considerada vileir@, a colocava entre as gerações de pessoas que possuíam o sentimento de “pertencimento” ao lugar “Vila” e que construía as suas vidas diante deste legado. A vila era parte de uma proposta de moradia popular para a população pobre da capital paranaense, planejada no final dos anos 60. De modo que sua história longa sempre podia se reportar aos seus antepassados, como o faz em relação a sua avó.

Trecho ilustrativo que se pode seguir:

Minha avó nordestina, analfabeta, com descendência indígena-negra, chegou grávida à cidade de Curitiba, no final dos anos 50, depois de um percurso com saída da cidade de Canindé, no sertão do Ceará, passando por Santos e posteriormente servindo de mão-de-obra escrava no interior do Paraná. Fugindo desta circunstância de maneira heroica, onde meu avô, também nordestino descendente de negro, se rebelou juntamente com um grupo de pessoas na mesma situação, foram presos e enviados pelo então chefe de polícia local de trem à capital -- faz parte desse legado histórico ao qual escrevo.

Ou, como as pessoas o fazem ao referirem-se a sua filiação local, e que é expresso com a delicadeza de um vivido denso, no trecho que se segue:

Desci a Alameda 5 e encontrei uma mulher que eu conhecia desde quando era pequena e residia no local. Estava andando na rua com uma criança empurrando um carrinho e ao seu lado dois cachorros que não paravam de latir, provocando a mesma reação nos outros que estavam presos nos quintais das casas. Ela acenou com a mão já da esquina e eu fui ao seu encontro. Inicialmente, ela pergunta de minha mãe e isso me desestabiliza emocionalmente, ao ter que contar a ela os fatos que causaram a sua partida dessa vida. Ela escuta atentamente e, depois de algum tempo, lamenta a morte repentina de uma pessoa tão nova e que todo mundo gostava (palavras dela).

A narrativa que a insere na vida das pessoas da Vila e no entendimento do sentido dos termos se segue: “Logo me convida para entrar no quintal de uma casa, que não era dela e sim de alguém que ela conhecia”.

Sem falar da pesquisa, a autora presencia um diálogo que de alguma forma lhe propiciou atribuir o significado a esta relação de “lugar” vila-vileir@s, que ela buscava entender a partir dos moradores locais.

O diálogo informal e ocasional também lhe proporcionou outros elementos a respeito da vila, aspecto que ilustramos com a descrição da seguinte situação. No diálogo com outra mulher, que a autora posteriormente soube se tratar de uma *mina do corre*, ela é assim apresentada: “Essa aqui é filha da Lilinha, lembra dela? A mulher faz um sinal com a cabeça parecendo não lembrar. E a minha interlocutora insiste: A gente brincava de betes com a Lilinha ali na 5, e emenda: Filha da Maria cearense”.

Esta situação lhe abre possibilidades de interpor perguntas a respeito de como era antigamente a Vila para ela. Ana, assim que ela pediu para ser chamada posteriormente na pesquisa, responde:

[...] As casas não tinham muros, não... as pessoas que pegaram as casas aos poucos foram fazendo uma cerquinha de madeira; se você andar aí pela Vila, você vai ver que tem muita casa com cerquinha ainda; as ruas não era asfaltada, o chão era de barro, sabe... daí tinha o Barigui, o rio lá de baixo, que tinha água bem limpinha; eu gostava de brincar lá, tua mãe também ia... Já tinha as ruas de comércio do jeito que é. A Vila não mudou, o que mudou só foi as casas. Não tinha esse aumento de peças. A ideia que eu tinha e tenho ainda, que é um lugar bom de viver. Hoje tá pior, só por causa das coisas aí; tem gente que não sabe trabalhar; aí suja para todo mundo. Polícia em cima, tiro durante o dia. Daí aparece na tela, no jornal. O que passa é que todo mundo pensa que a gente é bandido,

Deste modo, as falas decorrentes dos (as) vileir@s sugerem que o lugar é um elemento constituinte na sua maneira de experienciar e se posicionar enquanto sujeitos no mundo, na vida e na relação com outras pessoas, dentro e fora da Vila. Isto sugere que não há como destituir as mulheres interlocutoras desta pesquisa das “marcas”, lutas e resistências que elas enfrentam dia após dia de suas existências; sobretudo, por serem moradoras de um bairro periférico, suas histórias e as relações de disputas de poder, prestígio e território, demarcam posições e modos de viver a vida.

“Ser vileir@” faz com que enquanto sujeito se passe a constituir uma conexão com ser “nativo da vila” e está associada ao tempo de vida vivido naquele local. Assim, fazer parte dos primeiros moradores é também ser o primeiro proprietário (ou descendente deles) das casas, ou primeiro “dono”, como mencionam. E ainda, os filhos que nasceram (ou nascem), ou que viveram (“criaram-se”) em grande parte de suas vidas no local, consolidam assim a condição de um status: “ser daqui”, “ser nativo da Vila”, como parte integrante do que é ser um (a) “vileir@”.

Neste sentido, as histórias de vida destas mulheres “vileir@s”, denominadas de modo nativo como *minas do corre*, são elementos que permitem vislumbrar e sublinham os pontos que objetivou-se discutir na dissertação, para pensar nas agências por elas instituídas em seus trabalhos, bem como os fatores que permeiam e desencadeiam importantes modos de sobrevivência a partir destas agências.

Para chegar a este ponto, foi necessário considerar, em relação com estes domínios e de suas representações no trabalho do *corre*, os inúmeros códigos de comunicação, condutas, apropriação do espaço e do tipo de droga a ser vendida e comprada.

A força da situação de campo, e sobretudo, o modo de desvendar este lugar do trabalho de mulheres com drogas faz com que este fazer em pesquisa precise ser realizado entre brechas, caminhos cotidianos, ruas vazias, situações de festa na localidade, nas praças, nas portas das casas, nos buracos em janelas das casas, nos muros, na observação das praças, nos almoços em família, na escola, nos portões das casas de comércio, nos enterros de pessoas, em cenas de violência, nas disputas (confrontos) entre traficantes e até mesmo na Igreja. Portanto, é um campo de alto risco.

Esta situação de risco pode se agravar, a depender das relações entre vileir@s. O termo *correria* dá certa noção, pois é uma grande categoria em que os vileir@s atribuem poder e abarca o *corre*. É um termo “guarda-chuva” que constitui no campo uma aproximação com tudo aquilo que se faz; ações de venda, compra, liga (ação que se refere ao ato realizado no comércio de drogas que está sendo tratada pela pessoa que adquire e/ou troca o produto a *bucha*. Estas são pequenas porções de drogas geralmente a cocaína e o crack previamente separados e enrolados em pedaços de

sacolas ou pacotes plásticos. É a *correria* que movimenta as ações cotidianas.

Observar o movimento nas travessas, praças ou alamedas, pode designar uma *correria*; trabalhar em um ponto específico de comércio de drogas, pode se dizer, estar na *correria*. Fazer um deslocamento de um lugar ao outro, participar de uma reunião de uma biqueira, ou festa em determinados contextos trazidos por esses eventos é denominado estar na *correria*. O fato é que para as *minas do corre* participar de algum modo do movimento é estar na *correria* ou no *corre*.

Esta teia relacional é um desafio constante à compreensão deste contexto de pesquisa e, sem entender seus conteúdos, seria impossível poder interpretar as narrativas das *minas do corre*.

O estudo se constitui portanto, em lugares como: casas, muros, carrinhos de coleta de lixo, praças, “o ponto”, que se refere a um lugar geograficamente demarcado e personificado, que pode ser uma esquina de uma praça, ou uma “biqueira”, quando se refere a uma travessa ou a uma alameda inteira. Em uma biqueira ou no “ponto” se efetua a venda ou a troca, dependendo da *liga*.

Na Vila, a cor do plástico ou a forma que se amarra ou a queima da ponta da *bucha* é uma marca distintiva que identifica a localização da venda do produto. Assim, as cores são atribuídas à determinada praça, local ou até mesmo pessoa (aquela/e que fornece), delimitando o território de modo geográfico e de significação, na medida em que, dependendo da origem do produto, ele irá pertencer a um indivíduo, grupo de pessoas específicas ou a uma praça. Isto está associado diretamente a disputas de poder e hierarquias, inclusive de forma simbólica.

Essa é uma das várias formas de organização do trabalho nas quais o comércio de drogas, cria códigos e práticas de condutas dentro do *corre*. Um grande número de *ligas* (ações que envolvem a venda ou a troca de *buchas* em sistema complexo do *corre*) acontece nos pontos, que, por sua vez, possuem espaços físicos específicos e limitados, como já relatado; ou seja, um cômodo da casa, no quintal, garagem, portão, janela, muro de uma casa. Ou ainda, em um banco de praça, ao lado de um poste de luz na esquina, no parquinho, entre outros.

A maioria dos pontos observados e acompanhados era “mocado”, isto é, escondidos e se encontravam nas casas (que no campo são denominadas *Baias* – lugar onde ocorre a maioria das *ligas* realizadas pelas *minas do corre*).

O termo escondido não deve ser remetido à ideia de que ninguém deve saber ou sabe. Mas se refere a uma rede que se constitui e se revela através de contatos restritos de pessoas e que se estabelece unicamente através da legitimação e da conquista de uma palavra muito usada pelas *minas do corre*: confiança no “outro” (a). O outro se refere àqueles sujeitos que procuram pela droga ou pessoas que participam de algum modo desta rede de relações: moradores, parentes, “clientes” (usuários), fornecedores -- só para mencionar alguns.

Importa ressaltar ainda que o campo possui tal complexidade que não se restringe apenas a um território geográfico fixo. É constituído por elementos dinâmicos. Assim,

no “movimento” é possível identificar dispositivos atrelados ao território geográfico, ou não, formando uma teia consolidada por relações sociais que não são estáticas. Fazem parte desta composição: a *correria* (o corre), a biqueira, ponto, encontro, viagem, entre outros.

Neste sentido o espaço-território, que constitui subjetiva e/ou objetivamente essas mulheres trabalhadoras, possui um legado, atributos e significados, estratégias e relações de poder. Estas mulheres que assim se denominam são constituídas por rostos pobres que de algum modo participam das redes de comércio de drogas, tecendo relações sociais e produzindo novas demandas no âmbito sociocultural, econômico e político, para atender a necessidades familiares básicas.

Para esta percepção, o eu e a subjetividade na pesquisa exigiram, além dos aspectos já postos, que o lugar da mesma passasse pelo espelho o reflexo do próprio eu das pesquisadoras como sujeitos mulheres pesquisando mulheres em situação de pobreza, uma na situação de campo, e a outra na condição de orientadora.

A percepção destes aspectos, ligados a todos os enormes percalços superados, se teceu como sentidos simbólicos e ambíguos e a partir dos desafios de aproximação, desenvolvimento e interpretação do campo, tanto quanto dos desafios ao exercício interpretativo da situação de campo, bem como na aplicação das teorias e na consequente escrita.

Muitos destes sentidos se fizeram pensando a respeito do tema, analisando o tema, mas sobretudo, percorrendo as “travessas” da Vila, assim chamadas as pequenas ruelas enumeradas em números sequenciais pelos antigos vileir@s, bem como as praças que compõem o conjunto habitacional.

A primeira autora, munida de cadernos, folhas, canetas, câmera fotográfica, cumprimentando uma pessoa aqui outra ali, distribuindo sorrisos, e imaginando estar em uma situação confortável nas primeiras investidas no campo com o objetivo de observá-lo, diz:

Deparei-me com sentimentos que, de uma forma incontrolável, invadiam meus pensamentos. Era o meu “eu”, o mesmo do *Beiju*, ainda na primeira infância, que corria de um lado a outro da praça “5”, para apressadamente conseguir olhar o trem que passava fazendo aquele sinal inconfundível, na esquina logo abaixo em direção à estação Barigui.

Ela segue com a sua descrição: “Este meu ‘eu’ insistia em ficar ali”, dizendo: “Mesmo se o objetivo estivesse claro que era o de apenas observar, naquele momento, que era o de observar as pessoas nas ruas, nos quintais das casas, perceber a movimentação nas esquinas e nas praças”.

Em pesquisa, os sentimentos, as memórias podem acompanhar por muito tempo o pesquisador em seu campo. Neste caso, o fato de ter morado na Vila acompanhava as memórias da pesquisadora de várias maneiras particulares,

tanto pelo desejo de rever, recordar, fazer contatos com o passado, quanto obter informações a respeito do presente. Quando, em exploração ao campo, as memórias de experiências vividas duramente se reconstruíam quase que “automaticamente” como cenas que brotam ao olhar, determinados elementos ganham vida. Como, por exemplo, a memória do olhar para uma esquina e ver as pedras no chão da rua despertarem em mim o momento em que um jovem rapaz, ao lado do poste de luz, na esquina próxima ao parquinho, jazia com o corpo alvejado de balas por arma de fogo, sangrando no chão e com o já colocado cordão de isolamento pela polícia, rodeado de muitas pessoas, choros e gritos. Conclui a autora: “Era uma mistura de sons e sentimentos que não me abandonam”.

Este fato suscitou memórias que indicavam as marcas do “lugar” que se pretendia analisar e o quanto ele era tenso, de difícil acesso, dado aos silêncios, às ameaças, aos códigos de honra, à moral do próprio *corre*. Este lugar está associado às tão frequentes perdas de vidas ligadas as atividades do comércio de drogas e as suas práticas imbricadas.

Estas práticas também se ligam a questões de violência urbana, rede de parentesco, disputas de território e poder, códigos e símbolos instituídos no local, que eram parte da memória da primeira autora, porque haviam se repetido ao longo do tempo em que ela morou na Vila; eram eventos comuns.

Situar este lugar foi algo que se conectou com diferentes temporalidades na pesquisa. Exigiu a constatação das próprias memórias como um lugar que era relevante, turvo e longínquo, tanto quanto imbuído de historicidade pessoal, mas também como lugar produtor de possibilidades para indagações, curiosidades e problemas nas interfaces da pesquisa e nas definições dos seus focos. E exigiu conhecer as histórias das primeiras famílias moradoras e como se deu a ocupação dos territórios (espaços fortemente marcados por disputas, relações de poder, parentesco e relações de gênero) no interior da Vila.

Neste ponto é extremamente relevante ressaltar que a entrada da primeira autora nesses segmentos para acessar tais fontes só ocorreu por meio da existência de uma rede de contatos de ordem pessoal tecida em momentos vivenciados desde a formação do “meu eu-beiju”, ainda na infância, que antecede o início da pesquisa.

Este é o tecer de muitas redes que remete à ideia de uma teia de movimentos coniventes com os apresentados por Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000), mas que podem ir além e que se tornam uma rede significativa para pensar a fluidez deste fazer com estas relações das *Minas do Corre*.

[...] As teias de movimentos abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos, elas incluem participantes ocasionais de eventos e ações e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a igreja [...]. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000 p. 37).

Isso equivale a encontros e conversas inusitadas, desde um curto diálogo com um ambulante que está de passagem pela vila e que vende panelas, jogos de lençóis, e até conversas com pessoas paradas em uma fila do posto de saúde na Praça 4, à espera de um atendimento ou consulta médica, ou conversas com possíveis moradores (as) antigos, que transitam pelas ruas e praças sem pressa, ou os adolescentes (alguns estudantes das escolas nas quais a primeira autora trabalha).

3 | AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS?

Nesta trajetória, de cunho histórico, a figura de uma mulher como “*Chefe*” de toda esta rede, que se estabelece em torno do comércio de drogas, é algo que salta aos olhos. Ao problematizarmos a questão de que, vulgarmente e em análise semântica do termo traficante, o mesmo se encontra associado à representação do “masculino”, pode causar estranheza que mulheres estejam nestas redes.

Entretanto, foi a “Rainha do pó”, como era chamada pelos (as) moradores (as) a grande mentora da chegada da cocaína na Vila, foi ela quem avolumou rapidamente os negócios em torno do mercado de drogas local. Isto transformou esse fenômeno em uma fonte importante de renda e de sociabilidades para as (os) moradoras (es). A sua grande família – mas principalmente irmãs, irmãos e posteriormente filhas e filhos, juntamente com ela, foram as pessoas que comandaram a organização do trabalho, bem como a manutenção das estruturas organizacionais – redes de sociabilidades em torno das atividades que constituem este trabalho. Estas compõem, entre outros elementos, uma rede relacional que se circunscreve no interior das atividades referente ao comércio de drogas por mais de 20 anos vinculados à sua família e às suas extensões.

Hoje, além deste legado histórico-social, se faz essencial buscar o outro ponto que emerge da exterioridade da categoria denominada para essa análise: as mulheres que trabalham no tráfico.

Primeiramente, se há mulheres que trabalham no tráfico, tal fato ocorre porque suas atividades requerem pessoas que compartilhem com esta rede de distribuição e de consumo de drogas; e (ou) são questões vinculadas a trabalho e renda, o que constitui uma outra moral para estes procederem, em geral vinculados a ideias e a práticas de cuidado do outro.

Assim, vislumbrando uma análise profícua a respeito desta premissa, se faz importante perceber como se estabelece, através das práticas sociais ocorridas no trabalho do mercado da droga, a inclusão e exclusão econômica, social e cultural, a partir não de uma lógica capitalista, mas do *corre* – práticas que se desenvolvem em torno das diversas atividades que se constroem sobre o trabalho no comércio de drogas.

Importa considerar também que mesmo que este trabalho tenha permitido gerar renda para as mulheres trabalhadoras e que as *minas do corre* tenham alguma espécie de ascensão social, na verdade pequena, se considerada à dimensão de um comércio internacional de drogas, este aspecto da renda é considerado “satisfatório”, quando pensado em um contexto local. E é legitimado como elemento preponderante e justificador de suas ações, ainda que carregado de relações de poder, que não podem ficar de fora, quando a perspectiva analítica se propõe a considerar sua agência, tecida cotidianamente em suas vidas, em função dos filhos, da escola, da comida e das contas para pagar.

Assim, sob a luz dos estudos de gênero e produções do movimento feminista, é possível trazer para a discussão estas agências, bem como as *minas do corre*, considerando suas posicionalidades fluídas de sujeitos que ecoam em uma tensa polifonia com múltiplas posições identitárias destas mulheres trabalhadoras.

Na inserção de mulheres no *corre* o que de maneira notável teve destaque foram as redes de sociabilidades locais. Neste sentido, o cuidado com os “outros”, que em geral é posto em uma moralidade do feminino, não compatível com este contexto, assume uma dimensão impescindível no *corre*. Uma *mina do corre* tem sua inserção através das redes de sociabilidades, somente em casos em que estas participam de algum modo das redes de trocas que são instituídas a partir de laços de sociabilidades gestados na comunidade. A rede aqui se constitui de modo complexo, perpassando por procederes e práticas sociais que se estabelecem moralmente como valorativos e intrínsecos nos processos de socialização experienciados pelos vileir@s. Assim, o cuidar do (as) “outro” (as) é também cuidar de si. Isto torna compreensível a função, por exemplo, da “Dona Zélia”, que fica “olhando” tudo que ocorre na rua, as crianças, o movimento, à aproximação da polícia. Existe aí um “acordo”, caso note alguma alteração inusitada da rotina, imediatamente sabe qual deve ser a ação que deve ser feita.

Diante disto, o comércio de drogas segue sendo visto a partir de um paradoxo: por um lado, constrói laços sociais e por outro rompe e desestabiliza laços.

Assim, ao longo do histórico das experiências encontradas em campo, é perceptível que o futebol, o samba, as festas de famílias não deixaram de existir com o desenvolvimento econômico, cultural e social do núcleo habitacional, que cresceu em número de coabitações e população e hoje está próximo dos 20 mil moradores. Tais elementos, sem dúvida, coexistem e disputam o poder com outras redes de sociabilidades, dentre elas o comércio de drogas na Vila.

Continuam coexistindo as intervenções coletivas realizadas por meio de instituições como as das escolas localizadas na Vila, da associação do bairro, do centro social da comunidade católica presente na Praça Central, que desenvolvem incentivos às práticas de esportes, aulas no contraturno de língua portuguesa e matemática, oficinas e cursos promovidos pelo CRAS – Centro de Referências de Assistência Social, mas também as sociabilidades das redes das *minas do corre*

para a vida diária e o cuidado das crianças.

Desta forma, é possível encontrar jovens e adolescentes que participam da escolinha de futebol ou dos cursos de aperfeiçoamentos profissionais, mas que também têm suas casas mantidas e geridas com a renda do trabalho de suas mães, avós, tias, no comércio de drogas; e muitos conseguem entrar nestas atividades e nestes programas justamente por serem filhas (os), ou seja, terem algum parentesco ou ligação como é o caso das (os) “chegadas (os)” que os associa a uma *mina do corre*.

Isto se ata desta maneira porque, como já foi mencionado, a análise está associada às redes de sociabilidades locais e tem como ponto de partida a questão do “cuidado”. Trata-se de como este permeia as práticas sociais das (os) vileir@s, ao assumir um lugar de importante destaque nas interfaces das agências realizadas pelas *minas do corre*, não somente enquanto trabalham, mas, sobretudo, em seus cotidianos. Isso implica deslocar o seu valor social, cultural e econômico de análises circunscritas ao âmbito privado, para provocar uma necessária problematização no sentido de novas compreensões a seu respeito, em virtude de explicitarem marcadores de gênero, raciais, sexuais, emocionais e, sobretudo, afetivos vinculados ao feminino.

Neste sentido, é interessante indagar-se a respeito do cuidado sob a trilha apontada por Tamanini (2018, p. 34) “[...] como uma forma de trabalho, de relação e de epistemologia que é circunscrita ao lugar dos que não têm direito [...]. As *minas do corre*, diante deste “lugar do cuidado”, criam, através das suas redes de sociabilidades, sejam elas as de vizinhanças, a dos “chegados”, ou ainda dos grupos de mulheres trabalhadoras, que atuam no comércio de drogas, estratégias de sobrevivência, que permitem politizar o cuidado para além do ato de “cuidar” e de quem “cuida”, e estabelecem rupturas diante de uma ética moral que não se reproduz na dinâmica social nativa da Vila.

Ação do “cuidar” é um ato valorativo incutido nos sujeitos como uma norma moral e que se torna quesito para participar de uma rede de proteção e de sociabilidade local. Ou seja, cuidar do “outr@” na Vila é uma questão e estratégia de sobrevivência para um dia a dia tenso, mas sobretudo para poder estar na *correria*. Ser uma *mina do corre* requer cuidar de “outr@s” e também ser cuidada. Isto resulta também em relações de poder e reconhecimento, diante do fato de que, ao demonstrar que se importa com aquelas (es) com quem ela convive, se é olhado por *outrem* como merecedora “digna” de ser cuidada. Neste aspecto, o cuidado assume a dimensão da “dádiva”, no sentido de um “bem” trocado, mas também é um lugar moral que lhe dá acesso à proteção e aos bons olhos alheios.

Estes elementos tornam evidentes que a posição social mensurada a partir de relações de poder se constrói, entre outros aspectos, pela face deste “cuidado”, que é necessário ao exercício da sua agência como uma *mina do corre*. Com isso, é fato que a mobilidade e o trânsito no mercado da droga são costurados por estas mulheres para além do trabalho no *corre*. Este conteúdo advindo desta experiência

produz o desafio da ruptura de um pensamento nas análises fundamentadas somente na lógica meramente capitalista dos mercados de trabalho contemporâneo.

O *corre* ilustra outras perspectivas possíveis de observação, que estão em complexas relações muito diferentes daquelas da divisão sexual do trabalho. Assim, tal constatação só se tornou possível a partir da escolha etnográfica de “estar lá”, ou seja, um estudo com trabalhos experienciados em campo que vislumbrem perspectivas de análise que permitam ao pesquisador (a) aventurar-se subjetivamente na aproximação com o objeto de estudo conhecendo-o ao avesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres interlocutoras desta pesquisa, ao desenvolverem estratégias para gerenciar sua vida e dos outros, dentro de um campo tenso e conflituoso, que é o comércio de drogas, driblam a ideia de um pensamento dicotômico, o qual se constrói “performando” corpos e discursos de sujeitos lineares.

Assim, dizer quais atividades podem ou não ser realizadas por uma *mina do corre*, em seu trabalho no mercado da droga, não está restrito à questão do ser “mulher”, no sentido essencializado como características tradicionalmente postas sobre o feminino, na divisão clássica do trabalho para homens e para mulheres. Na observação em campo, foi possível identificar que tais divisões não se reproduzem pela lógica da força física, corporal ou sexo biológico e ou da preocupações com papéis sexuais, teoria já bastante desnaturalizada.

Outras dinâmicas, elaboram e reelaboram as divisões de tarefas. Estas se constituem através de saberes e habilidades que passam pela arte da negociação, por estratégias de comunicação, conquista da “moralidade” e a manutenção da tradição de um legado familiar que é a passagem de saberes entre gerações de mulheres, além de ser habilidosa com a polícia, com a rua, com os avisos e sinais geradores de conflitos.

De modo que buscam, sobretudo em situações de conflitos, agir seguindo saberes e acionando alguns destes dispositivos da *correria* e das habilidades, para lidar com seus conteúdos. A arte do “proceder” (chamar para conversa) é algo bastante valorizado no “*corre*” e tido como virtude “política” necessária para aquelas *minas* que desejam se manter e sobreviver no movimento.

Elas precisam compreender e saber organizar um conhecimento nativo, que se reproduz através da expressão proferida pelas *minas*, que é “tem que saber trabalhar”. Isto é uma ética do trabalho que se significa em campo e que distingue quem é trabalhadora de quem é usuária. A usuária não cumpre a organização da moral necessária para proteger e cuidar.

Há uma divisão, portanto, entre as (os) que somente trabalham exercendo alguma atividade referente ao mercado da droga e as que também comercializam o

produto e o consomem. O consumo gera um marcador de caráter negativo sobre o indivíduo. É algo repudiado na “moral nativa”. Ao passo que o comércio do mesmo produto, não. Quando se é usuária, o ser “*parça*”, ou seja, os laços sociais, inclusive de ordem moral, são rompidos.

Diante disto, é perceptível que as *minas do corre* – usuárias -- não apresentam pretensão de carreira no *corre*, não apresentam desejos que permeiam relações de ocupar uma elevada posição nesta rede de comércio, tampouco mantêm algumas práticas sociais que são características das *minas do corre* que trabalham nas *baías*: “o cuidado de si” e o “cuidado com as (os) outras (as)”.

Por fim, muitas lacunas seguem inexploradas e não se esgotam nesta investigação. Não foi possível observar as questões sobre relações conjugais. Por exemplo, só uma *mina do corre* dentre as entrevistadas afirma ter um relacionamento afetivo estável e conviver com o pai de seus filhos. Outra questão foram as relações e interações sociais entre as *minas do corre* e os “caras”; diante do trabalho no *corre* há possíveis disputas nas relações de poder. Os “caras” homens que trabalham no comércio de drogas na Vila, em muitas situações foram facilitadores e colaboraram com algum ponto na pesquisa, fornecendo informações e/ou contatos de pessoas que pudessem servir como entrevistadas, relatos pessoais, convites para participar de algum evento social, festas, almoços, churrascos no parquinho (praça), entre outros.

Entretanto, eles não eram o alvo principal deste estudo. Porém, o material produzido neste aspecto, como os relatos que tecem o diário de campo, apontam possíveis continuidades a respeito do tema. No mais, a riqueza contida na dissertação não se esgota neste escrito, renderá seguramente outras reflexões a respeito das intrincadas e complexas relações imbricadas com este tema e como ele se configura em um contexto de aumento sistemático de prisões de mulheres por tráfico de drogas. As presas por tráfico de drogas hoje correspondem a 62% das incidências penais no Brasil e a maioria delas é provedora do lar e tem filhos. Também não ignoramos que hoje existe um processo de criminalização da pobreza imenso e que a política de guerra às drogas se amplia com o objetivo de encarceramento em massa da população pobre, que é uma nova forma de segregação social.

A partir destas análises, julgamos importante dizer que o desafio de inserção no campo foi imenso e que as parcerias foram fundamentais para entrar no campo e para desenvolver a pesquisa. No mais, estar nesta relação de pesquisa não foi um processo circunscrito só ao tempo do mestrado, envolveu muitos anos de trabalho da primeira autora. Ter contato com mulheres do *corre* dispostas a colaborar com a pesquisa envolvia diariamente cuidados diversos e profunda leitura a respeito de quem era a pesquisadora. A mesma diz: “Ocorreu grande mudança no “olhar” das minhas interlocutoras sobre o “meu eu beiju”. Ainda, a pesquisadora escreve que passou de “mulher” de alguém (companheiro afetivo que foi do movimento por longo anos e que possui laços de confiança e cumplicidade na Vila), para a “professora-

pesquisadora” que construiu seu código de respeitabilidade que se traduz pela “transitoriedade permitida” nos locais estudados conforme o andamento da pesquisa.

Esta transição de *status* não foi dada por ninguém, ou seja, não houve uma autorização de fulana ou beltrano um possível “líder” ou “Chefes (as)” para que os trabalhos de pesquisa ocorressem com tempo e hora marcada. Foram ações, escolhas e tomadas de decisões minuciosamente edificadas, e, em muitas ocasiões foi preciso acionar um leque de dispositivos que se remetiam a um legado histórico até mesmo familiar, para provocar e entender os processos de avanços, paradas e, em alguns momentos, de retorno nos trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

GUERINO, P.B. **As minas do corre – mulheres que trabalham no comércio de drogas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TAMANINI, Marlene. **PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO CUIDADO: TEORIAS E POLÍTICAS**. In: TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; VARGAS, Eliane Portes; Araújo, Sandro Marcos Castro de.(Orgs). **O Cuidado em Cena: Desafios políticos, teóricos e práticos**. Florianópolis: UDESC, 2018. p. 31-70.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

